



Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

05 de maio de 2014

ATA IV Reunião

Presentes: Eliza Odila Donda (Missão Paz), Rogério Giannini (CUT-SP), Maíra C. Etzel (INPACTO), Rosane Ramos S. Tanabe (Abit/Sindicato), Adriana AP. Mazagão (SJDC), Clayton W. Borges (CDHIC), Camila Zelezoglo (ABIT), Christiane Nogueira (MPT/PRT2), Dirce Trevisi Prado (Procuradora do Trabalho aposentada), Caio Borges (CONNECTAS), Leonardo Trindade (DPU/SP), Renato Bignami (SRTE/SP), Liliane Garcez (SMPED/PMSP), Débora Anfimof Sergio (ABVTEX), Maria Susicleia Assis (Sindicato Costureiros SP), Maria da Penha A. Fumagalli (SMPM), Izilda Aparecida (SMADS), Carmen Hilari (CAMI), Claudia E. da Silva (SMSP), Maia Fortes (Repórter Brasil), Miriam Modesto (CONACCOVEST), Aparecida Santa Clara (SMJ)

Pautas:

- Comissão Temática
- Agenda de Convergência
- Haitianos no Brasil
- Fluxograma
- Informes Gerais

Sra. Marina iniciou a reunião informando que os encaminhamentos que ficaram da última reunião que eram a constituição das Comissões Temáticas e Fluxograma serão discutidas nesta reunião, apresenta as pautas e passa a fala para a Sr. Liliane.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

1. Comissão Temática do Plano Municipal

As Sra. Liliane e a Sra. Elisa iniciaram a fala apontando que a Comissão buscou em outros planos já existentes no país um que seja interessante para a cidade de São Paulo. O plano da Bahia foi o que mais se aproximou do que é buscado por esta Comissão, mas elas apontam a necessidade de ter acesso ao Plano Estadual de São Paulo. As reuniões serão feitas todas as terceiras terças-feiras do mês. As questões colocadas foram “É possível acessar o Plano Estadual?”, “Qual o prazo para a entrega da minuta?” “Qual a intenção desse Plano?”. Criaram-se subgrupos de trabalho a partir da temática do Plano Nacional.

A Sra. Marina informou que a ideia é de instituir o Plano não por decreto, mas por lei. Parte para a pauta da outra Comissão Temática tirada em reunião anterior, que tem intuito de criar uma clausula social para os contratos da Prefeitura. Como o grupo é menor, a sugestão é de que as discussões sejam realizadas por e-mail. A CUT e a Conectas serão inclusas nessa Comissão. Sra. Marina relatou que foi encontrado trabalho escravo na cadeia produtiva de uma empresa subcontratada por uma licitante da Secretaria Municipal de Educação e por isso há a necessidade de se pensar o que fazer para que não ocorra novamente, incluindo a clausula nos contratos de licitação.

2. Agenda de Convergência para Mega Eventos

Sr. Fabio Silvestre, Coordenador de Políticas para Crianças e Adolescentes, cumprimenta a todos e todas e inicia sua fala apresentando o Plano Integrado de Ação para Crianças e Adolescentes, falando especificamente da questão da Agenda de

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Convergência. Essa Agenda de Convergência se baseia em ações integradas de proteção para crianças e adolescentes em grandes obras e mega eventos. Criou-se o Comitê Paulista para pensar as ações desse Plano Integrado que se propõe a cuidar de qualquer tipo de violação a criança e ao adolescente. Como as ações não estão somente na cidade São Paulo, há uma parceria entre o Conselho Municipal e o Estadual. No centro da cidade, nos 32 dias de jogo, um Plantão Integrado receberá todas as informações de violação de Direitos da Criança e do Adolescente. Nos pontos de Fan Fest, ficarão espaços de convivência que entrarão em contato com um Comitê Central (formado por PM, GCM, Secretarias de Assistência de Educação, Direitos Humanos, Conselho Tutelar) que fará os devidos encaminhamentos. Foi levantada a questão das ações posteriores a copa e o Sr. Fabio informou que o Comitê serve para pensar ações para outros eventos também e por isso o calendário não se restringe a Copa.

3. Haitianos no Brasil

Sra. Elisa informa que Brasil facilitou a entrada dos haitianos no Brasil, mas que eles só recebem o visto, sem nenhum outro auxílio. Alguns casos sobre aliciamento dos haitianos foram apontados (fora de SP principalmente), onde essas pessoas chegam sem documentos e não conseguem entrar em um trabalho formal. É necessário resgatar o direito dessas pessoas através da tentativa de prever e minimizar os efeitos do futuro.

4. Fluxogramas

A ideia da criação de um fluxograma vem da pergunta “O que fazer quando ocorre uma denúncia de trabalho escravo no município?”.

Sra. Marina fala acerca do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas para manter um diálogo com a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo. Seria importante



Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

ter todas as pessoas que estão no COMTRAE nesse núcleo, como um grande aglutinador. Será criada uma nova comissão para apresentar o fluxo. Um Núcleo Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com a proposta de organizar a logística de ações do município. Participarão desse fluxo o MPT, MTE, CDHIC, Abit, SMDHC, Cami, Missão Paz, SMADS, COETRAE. O prazo fica para o dia 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos.

5. Informes Gerais

A 1ª Comigrar (Conferência de Migrações e Refúgio) será realizada no dia 30 de maio. Para elaboração dos documentos da Comigrar, foram realizadas 202 conferências preparatórias, que contaram com a participação das entidades e movimentos sociais; comunidade acadêmica, brasileiros no exterior; governo; migrantes no Brasil e outros. A Comigrar é a etapa nacional.

O Comitê Municipal de Trabalho Decente tirou uma agenda para a última semana de maio (mês do trabalhador) onde será feita uma semana voltada ao trabalho decente, montando uma articulação para inserir a questão do trabalho escravo. A proposta é de que se faça uma organização a partir da Organização Internacional do Trabalho.